



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I - PARTE II

DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO VIII — Nº 165

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1966

LLOYD BRASILEIRO

PORTARIAS DE 5 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, tendo em vista as conclusões a que chegou a Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 388, de 2 de novembro de 1965, publicada no item 5, do Boletim nº 215, de 12 de novembro de 1965 para apurar a responsabilidade dos elementos da tripulação que deturpou a multa imposta pelas autoridades italianas ao navio "Loide Equador" por prática de contrabando por ocasião da viagem 70-volta e em face da gravidade da falta cometida representando graves prejuízos materiais e morais para a Autarquia, resolve:

Nº 396 — I — Aplicar, na forma do artigo 207 item VIII, combinado com os artigos 208 e 209, todos da Lei 1.711-52, ao Comissário Moacyr Natalino, matrícula 8.872, a pena de demissão a bem do serviço público;

II — Suspender por 90 dias, na forma do art. 205, combinado com o item V do artigo 194 o Taifeiro Sebastião Correia Leite, matrícula número 17.087;

III — Remeter os autos à autoridade competente.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 397 — Designar o servidor Arlindo Sampaio da Silva, matrícula 2.024, para responder pelas atribuições afines ao cargo, de provimento em comissão, de Chefe da Seção de Anuração e Aproveitamento da Divisão de Estatística durante o impedimento do servidor Thomaz Barbi matrícula 853, por motivo de férias.

Nº 398 — Designar o servidor Luiz José da Conceição, matrícula 6.420 para responder pelas atribuições afines a função gratificada de Encarregado dos Serviços Portuários da Agência em Salvador, durante o impedimento do servidor João Simões de Oliveira, matrícula 21.817, por motivo de férias. — *Leônidas Castello da Costa*, Diretor

PORTARIA DE 4 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 399 — Atender ao solicitado pelo ofício nº 7, de 3 do corrente, da Comissão de Inquérito instaurada pelo

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Portaria nº 275, de 2 de junho de 1966, publicada no Boletim nº 104, item 1, de 3 de junho de 1966, prorrogando por 30 (trinta) dias, na forma do art. 220, parágrafo único, da Lei nº 1.711-52, o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão. — *Leônidas Castello da Costa*, Diretor.

PORTARIA DE 8 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, e em aditamento a Portaria nº 392-66, publicada no Boletim nº 145-1 de 3 de agosto de 1966, resolve:

Nº 400 (a) conceder aposentadoria, nos termos da Lei 1.162, de 22 de julho de 1950, de acordo com os artigos 176-II e 184 da Lei 1.711 de 1952, a partir de 31 de julho de 1966, aos servidores abaixo mencionados:

Art. 184-I:

Joaquim José do Nascimento, matrícula 2.385, Operário de 1.ª classe 17.764-66.

Thomaz Coelho Abraçado matrícula 4.011, Operário de 1.ª classe 12.300 de 1966.

Art. 184-I e parágrafo 2.º do artigo 78:

Adalberto Amâncio da Silveira ... 3.251, Contramestre Estal. 17.143-66

Carlos de Paula Cândido — matrícula 1.706, Operário de 1.ª classe ... 10.964-66.

Joaquim Tavares Ribeiro — matrícula 1.929, Operário de 1.ª classe ... 20.487-66.

José dos Santos Caravellas Neto — matrícula 3.392, Contramestre Estal. 20.196-66.

b) aposentar, a partir de 30 de março de 1966, nos termos do Parecer da Procuradoria e o laudo da Assistência Médica, o servidor João Felix Neto, matrícula 54.852, sem prejuízo dos entendimentos com o IAPM para ressarcimento de despesas — Processo 13.505-66;

Encaminha-se à Procuradoria para as providências.

c) aposentar, a partir de 9 de junho de 1966 nos termos da Lei número 1.162-50 de acordo com os artigos 176-II e 181 da Lei nº 1.711-52, o servidor Josias Gomes da Silva, matrícula 29.353- Padeiro — Processo 17.853-66.

d) aposentar, a partir de 30 de junho de 1966, nos termos da Lei 1.162

de 1950, de acordo com os artigos 176-III e 181 da Lei 1.711-52, o servidor Nilton de Souza Canuto, matrícula 9.546, Fiscal de Segurança do Trabalho.

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 401 — Retificar para 7.240 a matrícula do servidor Geraldo de Carvalho Magalhães, de que trata a Portaria nº 388-66, publicada no Boletim 140-4 de 27 de julho de 1966. — *Leônidas Castello da Costa*,

COMISSÃO DE INQUÉRITO

PORTARIA DE 5 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1964, tendo em vista os termos do ofício nº 18, de 4 do corrente, do Sr. Presidente da Comissão de Inquérito de que trata a Portaria nº 208, de 20 de abril de 1966 publicada no Boletim nº 74 item II, de 22 de abril de 1966, considerar dissolvidos os trabalhos desta Comissão em virtude de ter esgotado o prazo regulamentar para a conclusão do mesmo, resolve:

Nº 402 — Designar nova Comissão composta dos servidores: Dr. Gastão A. Brizes Pecanha, Procurador matrícula nº 9.010; Pedro Pereira dos Santos, Oficial de Administração, matrícula nº 21.764 e Paulo Brandão Vieira, Conferente de Carga matrícula nº 21.930, para, sob a presidência do primeiro, prosseguir os trabalhos da referida Comissão. — *Leônidas Castello da Costa*

PORTARIA DE 8 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2.º alínea "b" do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 403 — Atender ao solicitado pelo ofício nº 3, de 5 do corrente, da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 285, de 8 de junho de 1966, publicada no Boletim número 103, item 5, de 10-6-66, prorrogando por 30 (trinta) dias, na forma do art. 220, parágrafo único, da Lei número 1.711-52, o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão. — *Leônidas Castello da Costa*.

PORTARIA DE 7 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2.º alínea b, do Decreto-lei nº 9.339 do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 404 — Atender ao solicitado pelo Ofício nº 3, de 5 do corrente, da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 233, de 8 de junho de 1966, publicada no Boletim nº 108, de 10 de junho de 1966, item 3, prorrogando por 30 (trinta) dias, na forma do art. 220 parágrafo único, da Lei nº 1.711-52, o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão. — *Leônidas Castello da Costa*, Diretor.

PORTARIA DE 9 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2.º alínea b, do Decreto-lei nº 9.339 de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 405 — Designar o servidor Waldir Ottomar Borges, mat. nº 14.181, para responder pelas atribuições afines ao cargo de provimento em comissão, de Chefe da Seção de Combustíveis e Lubrificantes da Divisão de Aquisição, Concorrências e Contratos do Serviço de Abastecimento, por motivo de falecimento do titular. — *Leônidas Castello da Costa*, Diretor.

PORTARIAS DE 10 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2.º alínea b, do Decreto-lei nº 9.339 do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1964, resolve:

Nº 406 — Designar os servidores: Edson Santos Alves, mat. nº 18.179 — Agente.

Fábio Lúcio Paiva Goulart, matrícula nº 22.223 — Engenheiro.

Roberto Soares de Mattos, matrícula nº 37 — Contador, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão Julgadora de que trata o item IV do edital de Concorrência Pública nº 0-66, destinada à construção do prédio da Agência e residência do Agente em Angra dos Reis.

Nº 407 — a) aposentar, a partir de 8 de agosto de 1966, nos termos da Lei nº 1.162-50, de acordo com os arts. 176-III e 181 da Lei nº 1.711, de 1952, o servidor Cid Tellez Ribeiro, mat. nº 3.818, Operário de 2.ª classe — Processo s/n;

b) aposentar, a partir de 31 de julho de 1966, nos termos da Lei número 1.162-50, de acordo com os artigos 176-III e 178-III, da Lei número

As Reportições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressaltadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

Órgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional BRASÍLIA

ASSINATURAS

Table with columns for REPARTIÇÕES E PARTICULARES and FUNCIONÁRIOS, subdivided into Capital e Interior and Exterior, with rates for Semestre and Ano.

parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará. A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima, de trinta (30) dias.

As Reportições Públicas atingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos aos interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só serão fornecidos aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicada, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 5 se do mesmo ano, e de Cr\$ 10 por ano decorrido.

mero 1.711-52, o servidor Arigo Octavio Barbosa Schneider, matrícula nº 4.424, 2º Comissário P.M.F. — Processo s/nº

Nº 408 — Dispensar do quadro de servidores da Autarquia, o servidor interino Oswaldo de Carvalho, matrícula nº 24.942.

Nº 409 — Atender ao solicitado pelo Teleg. nº 1, de 9 do corrente, da Agência de Santos, da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 293, de 14 de junho de 1966, publicada no Boletim nº 111, item 3, de 15 de junho de 1966, prorrogando por 30 (trinta) dias, na forma do artigo 220, parágrafo único, da Lei número 1.711-52, o prazo para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Nº 410 — Atender ao solicitado pelo Ofício nº 12, de 10 do corrente, da Comissão de Inquérito instaurado pela Portaria nº 55, de 3 de fevereiro de 1966, publicada no Boletim nº 25, item 7, de 7 de fevereiro de 1966, prorrogando por 30 (trinta) dias na forma do art. 220, parágrafo único, da Lei nº 1.711-52, o prazo para conclusão dos trabalhos da referida Comissão. — Leonidas Castelo da Costa, Diretor.

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, alínea b do Decreto-lei nº 9.339, de 10 de junho de 1948, resolve:

Nº 411 — a) aposentar, a partir de 31 de junho de 1966, nos termos da Lei nº 1.162-50, de acordo com o artigo 176-III da Lei nº 1.711-52, o servidor Alvaro José Vieira, matrícula nº 1.721, Técnico de Administração em Transporte Marítimo — Proc. s/n.;

b) aposentar, a partir de 30 de junho de 1966, nos termos da Lei número 1.162-50, de acordo com os artigos 176-III e 181 da Lei nº 1.711-52,

o servidor Altair Nunes Pereira, matrícula nº 8.635, 2º Piloto — Processo s/n.;

c) aposentar, nos termos da Lei nº 1.162-50, de acordo com os artigos 176-III e 178-III da Lei nº 1.711, de 1952, os servidores abaixo indicados:

José Leovegilda Salles, matrícula nº 8.800, Conservador de Carga, a partir de 23 de julho de 1966 — Processo s/n.;

Jovino de Albuquerque Dias, matrícula nº 19.833, Foguista, P.M.F., a partir de 16 de agosto de 1966 — Proc. s/n.;

Renaldo de Souza, mat. nº 32.721, Artífice de Velame, a partir de 30 de junho de 1966 — Proc. s/n. — Leonidas Castelo da Costa, Diretor.

REDE FERROVIARIA FEDERAL S. A.

Estrada de Ferro Central do Brasil

PORTARIA DE 26 DE JULHO DE 1966

O Diretor Superintendente da Rede Regional da Estrada de Ferro Central do Brasil, na forma da delegação que lhe foi conferida pela Decisão de 27 de outubro de 1961, da Diretoria Colegiada, com base na letra "a" do Artigo 3º do Decreto 42.380 de 30 de setembro de 1957, com a nova redação introduzida pelo Artigo 1º do Decreto 43.548, de 10 de abril de 1958, e, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 4º e 5º do Decreto 43.549, de 10 de abril de 1958 e 47.893-60, resolve:

Nº 86-G — Efetivar a dispensa do serviço desta Estrada, do auxiliar de artífice, referência 19, matrícula número 414.808, Altamyr de Souza Leão na forma do art. 74, item I, combinado com o art. 75, item II, da Lei 1.711-52, de acordo com o processo de nº 393.747-53. — Antônio Henrique Alves de Vilhena, Superintendente.

PORTARIAS DE 5 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor Superintendente da Rede Regional da Estrada de Ferro Central do Brasil, na forma da delegação que lhe foi conferida pela Decisão de 27 de outubro de 1961, da Diretoria Colegiada, com base na letra "a" do Artigo 3º do Decreto 42.380, de 30 de setembro de 1957, com a nova redação introduzida pelo Artigo 1º do Decreto 43.548, de 10 de abril de 1958 e, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos Artigos 4º e 5º do Decreto 43.549, de 10 de abril de 1958 e 47.893-60, resolve:

Nº 87-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, referência 17, mat. 404.097, Valentim Augusto, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 88-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, ref. 19, matrícula 498 196 Antônio da Silva Mendes, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 89-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Escritório, referência 20, matrícula nº 436.622, Gyslaina Corrêa Tanure na forma do artigo 74, item I combinado com o art. 75, item II, da Lei 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 90-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, ref. 18, mat. nº 13.111 Ademar Antunes de Carvalho na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei nº 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 94-G — Efetivar a dispensa do serviço desta Estrada, do Trabalhador, ref. 19, matrícula 467 869 Manoel de Oliveira Machado, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711 de 1952. (MM 172-G-59).

Nº 92-G — Efetivar a dispensa do serviço desta Estrada, do Trabalhador, referência 19, matrícula número

486.183, Sérgio Carlos dos Santos, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 93-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, referência 19, matrícula nº 423.984, Durval Moura, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711-52 (MM 172-G-59).

Nº 94-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, ref. 19, matrícula número 927.900, José Xarifa Filho, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711- de 1952 (MM 172-G-59).

Nº 95-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, ref. 19, matrícula número 414.360, Arcelir Rosa da Silva na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei 1.711 de 1952 (MM 172-G-59). — Antônio Henrique Alves de Vilhena.

Nº 96-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Coadjuvante de Ensino, ref. 23, mat. nº 482.644 Pery Jorge Henrique, na forma do art. 74, item I, combinado com o artigo 75, item II da Lei nº 1.711-52 (M-M 172-G-59).

Nº 97-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Desenhista, ref. 23, mat. nº 489.099, Paulo Combos Bosco, na forma do art. 74, item I, combinado com o art. 75, item II da Lei nº 1.711-52 (M-M 172-G-59).

Nº 98-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador de Linha, ref. 19, mat. nº 497.625 Francisco Estefânio de Lacerda, na forma do art. 74, item I, combinado com o art. 75, item II, da Lei número 1.711-52 (M-M 172-G-59).

Nº 99-G — Efetivar a dispensa do serviço desta Estrada do Auxiliar de Estação, ref. 19, mat. nº 496.011, Daniel Nogueira Franca, na forma do art. 74, item I combinado com o artigo 75, item II da Lei nº 1.711-52 (M-M 172-G-59).

Nº 100-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Estação, ref. 19, mat. nº 494.714, João Alves Teixeira, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59).

Nº 101-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Trabalhador, ref. 19, mat. nº 493.584, Wilson Borges de Oliveira, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59).

Nº 102-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Artífice, ref. 17, mat. nº 419.280, Benedito Alves Pena, na forma do artigo 74, item I, combinado com o art. 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59).

Nº 103-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Artífice, ref. 19, mat. nº 888.325, Cleber Andrade, na forma do art. 74, item I, combinado com o art. 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59).

Nº 104-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Artífice, ref. 19, mat. nº 404.633, Agostinho Vieira Couto, na forma do art. 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59).

Nº 105-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Artífice, ref. 19, mat. nº 454.819 José Benedito Barbosa Filho, na forma do artigo 74, item I, combinado com o artigo 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59). — Antônio Henrique Alves de Vilhena, Superintendente.

Nº 106-G — Efetivar a dispensa, do serviço desta Estrada, do Auxiliar de Artífice, ref. 17, mat. nº 404.648, Durval Alves Pena Filho, na forma do art. 74, item I, combinado com o art. 75, item II, da Lei nº 1.711-52, (M-M 172-G-59). — Antônio Henrique Alves de Vilhena, Superintendente.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

PORTARIA DE 17 DE MAIO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere o artigo 66, no item 27 do Regulamento Interno e Regulamento do Pessoal aprovados pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, e tendo em vista a Tabela de Pessoal Temporário aprovada pelo Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas por despacho de 11 de abril de 1966, publicado no Diário Oficial de 28 de abril de 1966, resolve:

Nº 208-DG — Considerar reconduzido, a partir de 1 de janeiro de 1966, Francisco Gomes da Silva, como Ascensorista, com a salário mensal de Cr\$ 112.000 (cento e doze mil cruzeiros) de janeiro a junho, Cr\$ 116.000 (cento e dezessets mil cruzeiros) de julho a setembro e Cr\$ 121.000 (cento e vinte e um mil cruzeiros) de outubro a dezembro do corrente ano, para atender às necessidades do serviço do mesmo Departamento. — Engenheiro — José Marques Viana — Diretor-Geral.

PORTARIA DE 13 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, considerando as determinações do Regulamento para Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro, aprovado pelo Decreto nº 2.089, de 18 de janeiro de 1963, mais especialmente dos seus artigos 3º, 10, 11, 12, 14, 19 e seus parágrafos, e exposto pela Divisão de Fiscalização no processo número 9.775-65, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 66, item 24, do Regulamento Interno do DNEF, aprovado pelo Decreto número 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 382-DG — Autorizar, a título provisório, a suspensão do tráfego público, entre Crateus (km. 442,158) e Oiticica (km. 500,007), da Linha Norte, da Rede Viação Cearense, trecho constitutivo do T-1 (São Luis-Teresina — Altos-Crateus — Piquet Carneiro-Arojoado — Missão Velha-Salgueiro — Petrolina-Juazeiro — Senhor do Bonfim-Água Fria — Alagoinhas-Napele — Salvador), do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 4.592-64, ficando aquela Rede, responsável por sua conservação e preservação. — Engenheiro — Horácio Madureira — Diretor-Geral.

PORTARIA DE 18 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, considerando as determinações do Regulamento para Segurança, Tráfego e Polícia das Estradas de Ferro, aprovado pelo Decreto nº 2.089, de 18 de janeiro de 1963, mais especialmente dos artigos 3º, 10, 11, 12, 14, 19 e seus parágrafos; considerando os convênios firmados com a Rede Ferroviária Federal S.A., para conclusão das obras do alargamento de bitola entre Divinópolis e Costa Pinto; considerando as conclusões do relatório da Comissão designada pela Portaria nº 191-DG, de 10 de maio de 1966; considerando o exposto pela Divisão de Fiscalização, no processo nº 2.159 de 1954 e usando das atribuições que lhe confere o art. 66, item 24, do Regulamento Interno do D.N.E.F., aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1963, resolve:

Nº 383-DG — Autorizar a abertura do tráfego público, a título provisório, da ligação Divinópolis-Costa Pinto, em bitola de 1,00 m, da Viação

Férrea Centro-Oeste, como parte integrante do T-10 (Belo Horizonte-Divinópolis-Lavras-Pouso Alegre-Vargem-Campo Limpo) da Lei nº 4.592 de 1964;

II — Aprovar a conseqüente supressão de tráfego, da ligação Divinópolis-Aureliano Mourão-Alvaro Botelho, em bitola de 0,76 m, da Viação Férrea Centro-Oeste;

III — Autorizar o fechamento das estações Ferros (km 211,100), Pedra Negra (km 227,460), Virgilato (km 236,660), Ponte do Funil (km 240,000) Cascabulho (km 247,000), Passagem do Jacaré (km 258,000) e Assis Ribeiro (km 354,000), da referida ligação, na bitola de 0,76 m;

IV) Autorizar a transferência das demais estações e postos telegráficos da linha em bitola de 0,76 m, cujo tráfego foi suprimido para suas novas localizações, na linha em bitola de 1,00 m, conforme quadro demonstrativo, que a esta acompanha, devidamente autenticado pela Divisão de Fiscalização;

V — Determinar, com relação à nova ligação Divinópolis-Costa Pinto, o seguinte:

- a) regularização da situação das travessias existentes;
- b) conclusão da implantação das estações e postos telegráficos, que sejam absolutamente indispensáveis;
- c) conclusão de lastramento da via com pedra britada;
- e) conclusão do sistema de comunicações;
- f) recuperação das pontes do km 503,760 e do km 508,420;
- g) regularização da situação das novas denominações de estações e de postos telegráficos. — Horácio Madureira, Diretor-Geral

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO

Seção de Fiscalização Técnica

Estações e Postos da Ligação Divinópolis — Costa Pinto, em bitola de 1,00 m

DENOMINAÇÃO	POSIÇÃO	
	Km	Alt.
Costa Pinto	391,747	392,741
Macaia	405,784	788,890
Varadouro (PT)	413,844	789,620
Aureliano Mourão	421,814	807,620
Bom Sucesso	431,814	836,020
Zeringota	455,812	867,520
Tartária	456,382	915,620
Antonio Justiniano	468,251	888,620
Oliveira	486,973	937,220
Fólia Larga	501,586	821,000
Carmo da Mata	511,894	759,200
Gonçalves Ferreira	525,062	723,800
Merilândia	536,754	708,250
Aquiles Lobo	545,992	693,720
Divinópolis	564,807	672,260

(PT) — Posto telegráfico
Rio de Janeiro, 5 de julho de 1966. — Engº Luiz Carlos Martins Pinheiro, Chefe.

3º Distrito Ferroviário

PORTARIA DE 1 DE JUNHO DE 1966

O Engenheiro Chefe do 3º Distrito Ferroviário do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere a alínea 4 do art. 77 do Regulamento baixado com o Decreto nº 2.090, de 18 de janeiro de 1965, resolve:

Nº 44 — Dispensar a partir de 1 de junho de 1966, o Condutor de Topografia nível "13", desta Autarquia, Antônio Rogério Freire de Carvalho do exercício da Função Gratificada

Símbolo 15-F de Substituto do Engenheiro Residente da Variante Pumatil-Catende com sede em Palmares, Pernambuco, para a qual fôra designado conforme Portaria nº 116-3º D. F., de 3 de setembro de 1963.

PORTARIA DE 27 DE JULHO DE 1966

O Engenheiro Chefe do 3º Distrito Ferroviário do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, usando da atribuição que lhe confere a alínea 19 do Regulamento baixado com o Decreto 2.090, de 18 de janeiro de 1963,

e, considerando que a Chefia do Setor de Estudos e Projetos da Seção de Obras dos Distritos Ferroviários, Função Gratificada — Símbolo 2-F somente poderá ser desempenhada por Engenheiro, resolve:

Nº 56 — Tornar sem efeito a Portaria nº 23-3º D. F., de 23 de março de 1966, publicada no Diário Oficial do 7-7-966, através da qual o Auxiliar de Engenheiro nível 11, Sebastião Beltrão de Castro, fôra designado para o exercício da Função citada.

CONSELHO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

ATO DE 19 DE AGOSTO DE 1966

O Presidente do Conselho Nacional de Portos e Vias Navegáveis, nos termos do § 2º do Artigo 9º do Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, resolve:

Nº 5 — Designar Assessor Administrativo deste Conselho o Tesoureiro Auxiliar nível 17 — Oswaldo Medeiros, do Quadro do Pessoal do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis. — Benjamin Eurico Cruz — Presidente em exercício.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

PORTARIA DE 9 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 128, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, publicado no Diário Oficial do dia 27 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 867-DG — Alterar a Portaria nº 718-DG, de 13 de julho do corrente ano, acrescentando os seguintes artigos:

Art. 9º O expediente da Comissão obedecerá ao regime de trabalho, fixado na legislação em vigor, para os serviços industriais, podendo o horário de trabalho ser prorrogado, diariamente, por ato do Chefe da Comissão, até o máximo de duas horas.

Parágrafo único. Farão jus ao pagamento de serviço extraordinário, além do horário normal de trabalho estabelecido, nos termos da legislação vigente, para as diversas categorias a serviço na Comissão, tanto os servidores públicos como os contratados.

Art. 10. Os servidores públicos a serviço da Comissão, quando designados pelo Presidente da Comissão para prestação de serviço externo, terão direito a percepção de diárias, calculadas nos termos da vigente legislação, até o máximo de 15 (quinze) diárias mensais.

Art. 11. Enquanto perdurar a proibição para admissão ou contratação de pessoal, nos termos do art. 222 da Constituição, poderá o Presidente da Comissão celebrar contratos de locação de serviços com terceiros para a realização de tarefas específicas, indispensáveis ao andamento normal dos trabalhos a cargo da referida Comissão, observadas as normas e disposições de lei em vigor. — Luiz Clóvis de Oliveira, Diretor-Geral.

PORTARIAS DE 11 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.213, de 1º de fevereiro de 1963, e tendo em vista o disposto no art. 86 do Regulamento

do DNPVN aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, resolve:

Nº 914-DG — Determinar a instalação da Inspetoria Fiscal do Porto de Salvador (Ba), como órgão integrante da 5ª Diretoria Regional nº 915-DG — determinar a instalação da Inspetoria Fiscal do Porto de Ilhéus (Ba), com órgão integrante da 5ª Diretoria Regional.

Nº 916-DG — Determinar a instalação da Inspetoria Fiscal do Porto de Aracaju (SE), como órgão integrante da 5ª Diretoria Regional.

Nº 917-DG — Considerar encerrados os serviços que se encontravam a cargo dos 11º e 12º Distritos de Portos e Vias Navegáveis, em face da instalação da 5ª Diretoria Regional do DNPVN e de seus órgãos dependentes.

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, e pelo Regulamento aprovado pelo Decreto número 58.324, de 2 de maio de 1966, resolve

Nº 918-DG — Extinguir a Comissão de Fiscalização das Obras e Serviços Portuarios de Ilhéus, criada pela Portaria nº 108 D de 17 de dezembro de 1962, em face da instalação da Inspetoria Fiscal do Porto de Ilhéus, determinada pela Portaria nº 915-DG, de 11.8.66.

Nº 919-DG — Dispensar das funções de Engenheiro Chefe da Comissão de Fiscalização das Obras e Serviços Portuarios de Ilhéus, o Engenheiro Alfredo Muijlaert Cabussa, em face da extinção da referida Comissão, determinada pela Portaria número 918-DG, de 11.8.66.

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 11, § 3º, item 7 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, resolve:

Nº 922-DG — Designar o Engenheiro nível 22, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, João Carvalho de Aragão, para exercer a função de Engenheiro Chefe da Comissão de Estudos e Obras dos Terminais Portuarios da Bahia, integrante da 5ª Diretoria Regional do DNPVN

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item 7 do parágrafo 3º do artigo 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966 e tendo em vista o que lhe propôs o Diretor da 5ª Diretoria Regional, em seu ofício número DR-11.966, resolve,

Nº 923-DG — Nomear Francisco Caraculo Ferreira Netto, Engenheiro nível 21, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Chefe da Divisão de Engenharia da 5ª Diretoria Regional.

Nº 924-DG — Nomear Amílcar de Carvalho, Oficial de Administração nível 16, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para o cargo em Comissão, símbolo 4-C de Chefe da Divisão de Administração da 5ª Diretoria Regional.

Nº 925-DG — Designar Antonio da Silva Gomes, Engenheiro nível 21, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 2-F, de Chefe da Seção de Estudos e Projetos da Divisão de Engenharia da 5ª Diretoria Regional.

Nº 926-DG — Designar Paulo Antonio Dantas da Rin, Engenheiro nível 21, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 2-F de Chefe da Seção de Obras e Equipamentos da Divisão de Engenharia da 5ª Diretoria Regional.

Nº 927-DG — Designar Deusdeth Oliveira, Inspetor Eletrotécnica nível 17, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 2-F, de Chefe da Seção de Exploração Comercial da 5ª Diretoria Regional.

Nº 928-DG — Designar Maria Raymunda Hasselmann Ramalho dos Santos, Escriuturária nível 10, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 3-F de Secretária do Diretor Regional da 5ª Diretoria Regional.

Nº 929-DG — Designar Hilton Frey Mestre Especialista nível 13, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 2-F de Chefe da Secretaria da 5ª Diretoria Regional.

Nº 930-DG — Designar Cecília Elizabeth de Assis, Datilógrafa nível 9, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 5-F de Chefe do Grupo Executivo de Concorrência da 5ª Diretoria Regional.

Nº 931-DG — Designar Virgínia Valera Bandeira, Oficial de Administração nível 13, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 3-F de Chefe da Seção de Pessoal da Divisão de Administração da 5ª Diretoria Regional.

Nº 932-DG — Designar Walter Dorea Reis, Escriuturário 10.B, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 2-F, de Chefe da Seção Financeira da Divisão de Administração da 5ª Diretoria Regional.

Nº 933-DG — Designar Deusdeth Basílio Alves, Oficial de Administração nível 16, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 3-F de Chefe da Seção do Material da Divisão de Administração da 5ª Diretoria Regional.

Nº 934-DG — Designar Wanda Begg, Escriuturário nível 8, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para a função gratificada 4-F de Chefe da Seção Administrativa da Inspetoria Fiscal do Porto de Salvador.

Nº 935-DG — Designar José Gomes de Mattos, Oficial de Administração nível 16, do Quadro de Pessoal desta Autarquia para a função gratificada 4-F, de Chefe da Seção Administrativa da Inspetoria Fiscal do Porto de Aracaju da 5ª Diretoria Regional. — Antonio Francisco de Assis Perena, Chefe da Divisão de Pessoal (SA-DF).

PORTARIAS DE 23 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, item 7 do art. 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 27 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 1.076-DG — Designar Waldemar Duarte de Barros, Engenheiro de Portos e Vias Navegáveis, 21 Anexo III, do Quadro de Pessoal do Departamento, para exercer a função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Seção de Exploração Comercial (DE-SEC), da Divisão de Engenharia, da 8ª Diretoria Regional deste Departamento.

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item 7, § 3º do Art. 11º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 27 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 1.082-DG — Designar Assis Pereira da Silva, Técnico de Administração nível 19 Anexo II, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer a função gratificada, símbolo 2-F, de Chefe da Secretaria (DE-S), da Diretoria de Portos deste Departamento.

Nº 1.083-DG — Designar Alexandre Martins, Escriuturário nível 16-F, Anexo

II, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer a função gratificada, símbolo 4-F, de Chefe do Grupo Executivo de Concorrência (DP-GEC), da Diretoria de Portos deste Departamento.

Nº 1.084-DG — Nomear Hilário Martins de Mello, Engenheiro nível 21, Anexo III, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo 3-C, de Chefe da Divisão de Exploração Comercial (DP-DEC), da Diretoria de Portos deste Departamento.

Nº 1.085-DG — Nomear José Guimarães Barreiros, Engenheiro nível 21, Anexo III, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo 3-C, de Chefe da Divisão de Obras e Equipamentos (DE-DOS), da Diretoria de Portos deste Departamento.

Nº 1.086-DG — Nomear José Brasil Siano, Engenheiro nível 21, Anexo III, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer o cargo em Comissão, Símbolo 3-C, de Chefe da Divisão de Estudos e Projetos (DP-PEP), da Diretoria de Portos deste Departamento. — Antonio Francisco de Assis Perena, Chefe da Divisão de Pessoal (SA-DF).

PORTARIAS DE 24 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 3º, item 7 do artigo 11º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 27 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 1.089-DG — Designar Almira Teixeira Pacobahyba, Técnica de Administração nível 20-B, Anexo II, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer a função gratificada, símbolo 3-F, de Chefe da Secretaria da

Diretoria de Vias Navegáveis deste Departamento.

Nº 1.090-DG — Nomear Iza Renôon Lima Verde, Engenheira, nível 21, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Chefe da Divisão de Estudos e Projetos (DVN-DEP) da Diretoria de Vias Navegáveis deste Departamento. — Luis Clóvis de Oliveira, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item 7, § 3º do art. 11 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.324, de 2 de maio de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 27 do mesmo mês e ano, resolve:

Nº 929-DG — O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento aprovado pelo Decreto número 58.324, de 2 de maio de 1966, e em face do que estabelecem a Lei número 1.741, de 22 de novembro de 1952 regulamentada pelo Decreto nº 960, de 14 de maio de 1962, e o art. 60 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, bem como do Parecer da Procuradoria Judicial nº PJ-SC210-66, de 20 de maio de 1966 (Processo nº 10.121-66), resolve: considerar o Técnico de Administração nível 19-A, — Alda da Cunha Duarte, agregada ao Quadro de Pessoal do DNPVN, com os vencimentos do símbolo 4-F, de Chefe da Seção de Cadastro e Movimentação do mesmo Quadro, a partir de 19 de outubro de 1965.

(*) Republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial de 31-8-66.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO DE APOSENTADO RIA E PENSÕES DOS FERROVIÁRIOS E EMPREGADOS EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Relação DAC-DD nº 79, de 1966

ATOS DO PRESIDENTE

Portarias

Nº 10.220, de 22 de agosto de 1966 — Aposenta Ismael Camargo, Médico, 22-B, mat. nº 935, da DE-SP, artigos 176, II, e 184, II, da Lei número 1.711-52. — Processo 12.883 de 1966.

Nº 10.221, de 22 de agosto de 1966 — Aposenta a contar de 23 de março de 1966, art. 176, I, e 181, da Lei número 1.711-52, Galdino Nunes Vieira, Médico 22-B, matrícula 329, da DE-RS, considerando-se vago o cargo para efeito de promoções a partir do dia imediato em que atingiu a compulsória. Processo 9.845-66.

Nº 10.222, de 22 de agosto de 1966 — Exonera, a pedido, Myrtilis Viana, Escriuturária 10-B, matrícula número 3.066, da DE-MC. Processo número 18.312-66.

Nº 10.226, de 22 de agosto de 1966 — Exonera, a pedido, Maria Amélia da Rocha Vieira, Escriuturária, 8-A, mat. 10.198, da DE-RS. — Processo 16.305 de 1965.

Nº 10.227, de 22 de agosto de 1966 — Exonera, a pedido, Marcelo Medina de Aquino, Escriuturário, 8-A, mat. 5.974, da DE-RJ. — Processo 14.562 de 1966.

Nº 10.232, de 23 de agosto de 1966 — Aposenta Edson de Figueiredo Li-

ma, Agregado, símbolo 7-C, matrícula 3.838, da DE-PB, arts. 176, II, e 184, III da Lei 1.711-52. Processo 24.120 de 1965.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Determinações de Serviço

Nº 6.031, de 17 de agosto de 1966 — Declara efetivado em 13 de agosto de 1965, Ivonne Neves de Souza, Artífice de Manutenção, 6, matrícula 5.766, da DE-BA. — Processo 6.108 de 1966.

INSTITUTO DE APOSENTADO RIA E PENSÕES DOS COMERCIARIOS

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1966

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-07 nº 647 66, protocolado sob nº 3.282-66, resolve:

Nº 61.495 — Nomear de acordo com o art. 12, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para exercer o cargo de Servente, nível 5, do Quadro de Pessoal — Parla Perua, agente, deste Instituto, com lotação no

Delegacia no Estado de São Paulo, em vaga criada pelo Decreto nº 51.499, de 1962, publicado no Diário Oficial da União de 11 de junho de 1962:

Walther Palmeira — (Hab. GB).
Otaline Navegante Silva — (Hab. MA).

Adalberto Souza Rocha — (Hab. MA).

Ivo Ribeiro — (Hab. MA).

Antônio Lourenço Pinto Barbosa — (Hab. MA).

Alberto Diniz Silva — (Hab. MA).

José Ribamar Silva — (Hab. MA).

José Ribamar Rodrigues — (Hab. MA).

Maria Archanja Costa — (Hab. MA).

Maria Luíza Nogueira — (Hab. MA).

Maria José da Silva Pina — (Hab. ES).

Antenor Gomes de Carvalho, Presidente da Junta Interventora.

PORTARIAS DE 4 DE MAIO DE 1966

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, no uso de suas atribuições e tendo o despacho do Exmo. Sr. Presidente da República exarado na Exposição de Motivos nº 37-65, que acompanhou o Processo MTPS. nº 189.297-84, referente ao concurso do DASP, de nº C-432, publicado no Diário Oficial de 18 de fevereiro de 1965, resolve:

Nº 62.084 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para Duarte Rosa para exercer o cargo de Telefonista, nível 6, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação na Delegacia no Estado da Guanabara, em vaga criada pelo Decreto nº 51.499-62, publicado no Diário Oficial de 11 de junho de 1962.

Nº 62.085 — Nomear de acordo com o art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, Syla Aíves dos Reis para exercer o cargo de Telefonista, nível 6, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação na Administração Central, em vaga criada pelo Decreto nº 51.499-62, publicado no Diário Oficial de 11-6-62.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 718-66, protocolado sob o nº 20.909-66, resolve:

Nº 62.087 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado do Maranhão, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Maria da Conceição Cardoso (Hab. PI).

Desistente

Terezinha de Jesus Pereira.

Nº 62.088 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado do Espírito Santo, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Paulo Emanuel Bispo dos Santos (Hab. SE).

Desistente

Ruy Pires de Campos Barros.

Nº 62.089 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado de Mato

Grosso, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Delza de Campos.

Desistente

Antônio Antunes Bezerra.

Nº 62.090 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível, com lotação na Delegacia no Estado de Goiás, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Conceição Borges da Silva.

Valquiria Nunes.

Maria Lourdes Lopes.

Iraó Rezende Magalhães.

Jurandi Batista da Silva.

Desistente

Bonifácio Dias Gomes.

Cursino de Souza Pinto.

Daltro Djalma da Silva.

Dorcelia da Costa Milagres.

Ely Gaudes.

Nº 62.091 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado do Paraná, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Wilson Prado Guerra.

Izaltino Silva.

Desistente

João Antônio de Carvalho.

Sebastião Mário Quepe.

Nº 62.092 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

João Alves de Lima.

Jurinal de Godoy de Vasconcelos.

Desistente

Maria Luíza de Carvalho Costa.

Alvaro José Bastos Junior.

Nº 62.093 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado de Alagoas, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Rosália Maria Marinho Paraná.

Anizete Simões de Souza.

Desistente

Amélia Araújo Sontinho.

Ana Augusta Ribeiro.

Nº 62.094 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado do Pará, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Maria Salete Sampaio Figueiredo (Hab. PB).

Desistente

Ana Carrascosa.

Nº 62.095 — Nomear para exercer o cargo de Atendente, nível 7, com lotação na Delegacia no Estado de São Paulo, de acordo com a classificação obtida no concurso realiza-

do pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistente:

Concursado

Maria Cândida Carneiro.

Aristides Bueno.

Desistente

Aristides Bueno.

Zenaida Flori.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT número 723-66, protocolado sob o número AC-20.912-66, resolve:

Nº 62.096 — Nomear para exercer o cargo de Escrivão, nível 8-A, com lotação na Delegacia no Estado de Alagoas, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente de desistência:

Concursado

Eleusa Albuquerque Silva.

Lúcia Maria Braga Lemos.

Léda Leopoldina de Oliveira Barros.

Tânia Ethel de Cerqueira Vianna.

Genura Ribeiro Ramos

Desistente

Cláudio José Werlang.

Elaine Therezinha Rutkowski.

Flo Junqueira Bandeira.

Jeanne Glaci Farinha de Azevedo.

João Carlos Martinez Hailliot.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 721-66, protocolado sob o nº C-20.908-66, resolve:

Nº 62.097 — Nomear para exercer o cargo de Servente, nível 5, Cejate da Silva (Hab. GB), com lotação na Delegacia no Estado do Rio de Janeiro de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de João Batista Triandade Sales.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067 de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 727-66, protocolado sob o nº AC-20.911-66, resolve:

Nº 62.098 — Nomear para exercer o cargo de Enfermeiro, nível 19-A, Ivonete Magalhães, com lotação na Delegacia no Estado da Guanabara, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Hildene Landan.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964 do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fun-

damentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 720-66, protocolado sob o nº 20.910-66, resolve:

Nº 62.099 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração, nível 12-A, Lígia Ferreira Heskeith (Hab. PA.) com lotação na Administração Central, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Neuza Acyoly Pinto Nogueira.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 717-66, protocolado sob o nº AC-17.884-66, resolve:

Nº 62.100 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração, nível 12-A, Adelfa Pereira de Araújo, com lotação na Delegacia no Estado da Bahia, de acordo com a classificação obtida no concurso realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de José Silveira Baessa.

Tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 718-66, protocolado sob o nº AC-17.883-66, apensado ao AC-3.282-66, resolve:

Nº 62.101 — Retificar, em parte, a Portaria nº 61.495, de 25 de janeiro de 1966, que nomeou os concursados abaixo relacionados para exercerem o cargo de Serventes, nível 5, com lotação na Delegacia no Estado de São Paulo, para o fim de corrigir os nomes:

José Ribamar Rodrigues para José Rodrigues Nascimento,
Maria Luíza Nogueira para Maria Lucia Costa.

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 1966

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto nº 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT nº 743-66, protocolado sob o nº AC-23.626-66, resolve:

Nº 62.149 — Nomear para exercer o cargo de Servente nível 5, Otila Italo do Nascimento, com lotação na Delegacia no Estado do Paraná, de acordo com a classificação obtida no concurso C-430 realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Arnildo Gomes.

Nº 62.151 — Nomear para exercer o cargo de Atendente nível 7, Nirce de Sena Cardoso, com lotação na Delegacia no Estado de Minas Gerais, de acordo com a classificação obtida no concurso C-414, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Benedita Oliveira Magalhães.

Nº 62.152 — Nomear para exercer o cargo de Atendente nível 7, Margalena Vanda de Luca, com lotação na Delegacia no Estado de São Paulo, de

acôrdo com a classificação cotida no concurso C-414, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Victor Scheimaritz.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, no uso de suas atribuições e tendo o despacho do Excelentíssimo Sr. Presidente da República exarado na Exposição de Motivos n.º 159-65, que acompanhou o Processo MTPS. n.º 188.523-64, referente ao concurso do DASP, de número C-425, publicado no *Diário Oficial* de 27 de maio de 1965, resolve:

N.º 62.153 — Nomear de acôrdo com o art. 12, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, Paulo Ferreira Netto, para exercer o cargo de Motorista nível 8-A do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação na Administração Central, em vaga criada pelo Decreto número 51.499-62, publicado no *Diário Oficial* de 11.6.1962.

N.º 62.154 — Nomear de acôrdo com o art. 12, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, Gerardo Ribeiro da Silva para exercer o cargo de Motorista nível 8-A do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação na Delegacia no Estado do Ceará, em vaga criada pelo Decreto n.º 51.499-62, publicado no *Diário Oficial* de 11.6.62.

N.º 62.155 — Nomear de acôrdo com o art. 12, item II, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, Francisco Carneiro Alexandre para exercer o cargo de Motorista nível 8-A, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, deste Instituto, com lotação na Delegacia no Estado do Ceará em vaga criada pelo Decreto n.º 51.499-62, publicado no *Diário Oficial* de 11.6.62.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS-782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto n.º 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS-85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT n.º 752-66, protocolado sob o n.º AC-22.656-66, resolve:

N.º 62.156 — Nomear para exercer o cargo de Escrivão nível 8-A, com lotação na Delegacia no Estado de Sergipe, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-580, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência:

Concursado — Desistente

Antonio José Brito de Góes — Laerte Luiz de Almeida Lara.

Nathanael Lima dos Santos — Neli Brum de Lima.

Maria Margarida dos Santos — Pericles F. do Nascimento Mazzili.

O Presidente da Junta Interventora do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, instituída pela Portaria MTPS. 782, de 4 de setembro de 1964, do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, fundamentada no Decreto n.º 54.067, de 29 de julho de 1964, que dispõe sobre a reformulação do sistema geral da Previdência Social, combinado com a Portaria MTPS. 85, de 10 de fevereiro de 1965, e tendo em vista o que consta do OF-GB-GT n.º 754-66, protocolado sob o n.º AC-22.657-66, resolve:

N.º 62.158 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Marly Augusto da Silva, com lotação na Administração Central, de acôrdo com a classificação obtida no

concurso C-517 realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Magnólia Souza Cantanhede.

N.º 62.159 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Joaquim Antônio Castro Aguiar (Hab. PI), com lotação na Administração Central, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-588, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.), em vaga decorrente da desistência de Otomar Zilles.

N.º 62.160 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Zulmira de Oliveira Abrahão (Hab. MA), com lotação na Delegacia no Estado da Guanabara, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-517, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Judite Aparecida Beton.

N.º 62.161 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Diana Alves Mendes, com lotação na Delegacia no Estado do Pará, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-547, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Balbino Bento Barbosa.

N.º 62.162 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Maria Vilany Antas, com lotação na Delegacia no Estado de Pernambuco, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-547, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Gláucia Caporali Soares.

N.º 62.163 — Nomear para exercer o cargo de Oficial de Administração nível 12-A, Teresinha Pinheiro Ramos, com lotação na Delegacia no Estado do Ceará, de acôrdo com a classificação obtida no concurso C-588, realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em vaga decorrente da desistência de Marli Augusto da Silva. — *Hermano Cordete Pessoa Cavalcanti*, Presidente da Junta Interventora.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Junta Interventora ATOS DO PRESIDENTE

Vistos e relatados estes autos em que o servidor Arnaldo Corrêa, de Salles, Fiscal de Previdência, nível 18-B, lotado na Administração Central, requer às fls. 1 os Benefícios da Lei n.º 1.741 de 22.11.52, regulamentada pelo Decreto n.º 990, de 14-5-62, alegando ter exercido, ininterruptamente, por prazo superior a 10 (dez) anos, funções gratificadas.

Verifica-se dos autos que o requerente, exerceu, ininterruptamente, no período de 1951 a 1961, as seguintes funções gratificadas:

1 — Chefe da Seção de Inscrição do Departamento de Benefícios, símbolo FG-3, designado pela Portaria n.º 22.763, de 16.3.51 e dispensado pela Portaria n.º 30.138, de 27.6.53;

2 — Fiscal, símbolo FG-4, da Delegacia Estadual do Rio de Janeiro, designado pela Portaria n.º 30.139, de 27.6.53 e dispensado pela Portaria n.º 37.249, de 4-9-56;

3 — Fiscal, símbolo FG-4, da Delegacia do então Distrito Federal, designado pela Portaria n.º 37.250 de 4.9.56 e dispensado pela Portaria número 51.001, de 17.5.61.

Isto posto, Considerando que está provado o exercício ininterrupto, por mais de

10 (dez) anos, em funções gratificadas;

Considerando o Parecer n.º 076-H, de 17.9.64, da Consultoria Geral da República, publicado no *Diário Oficial* de 3.11.64;

Considerando o Parecer n.º 00553, de 13.7.66, da Procuradoria Geral; emitido às fls. 5;

Considerando o expediente de fls. 7 do Departamento de Administração Geral;

Resolvem os Membros da Junta Interventora no Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, por unanimidade, conceder ao servidor Arnaldo Corrêa de Salles, Fiscal de Previdência, nível 18, os benefícios da Lei n.º 1.741, de 22-11-52 regulamentada pelo Decreto n.º 990, de 14-5-62, a partir da data da vigência deste último diploma legal, devendo o Departamento de Administração Geral apostilar o título do servidor interessado com os vencimentos correspondentes ao símbolo 3-F, na forma do que dispõe o § 2º, do art. 1º do Decreto número 990-62.

O funcionário deverá ser aproveitado em cargo equivalente, fazendo-se, para tanto, a respectiva designação, quando ocorrer a hipótese. Enquanto tal não ocorrer, estará o servidor sujeito a expediente normal com obrigatoriedade de ponto, podendo ser designado para o desempenho de atividades de assessoramento, para participar de grupos de trabalho, para a realização de estudos ou programas, relacionados com problemas especificamente ligados aos cargos exercidos nos quais o servidor obteve amparo da Lei n.º 1.741, de 1952.

Conselho Administrativo

R-JI n.º 3.049 — 183ª — 20-7-66

Processo NM. 128 P. 7.488-66

A Junta Interventora no Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas,

Considerando o despacho exarado a fls. 12 publicado no BS — 86, de 12 de maio de 1966;

Considerando o Parecer n.º 237 da Procuradoria Geral a fls. 11;

Considerando os pronunciamentos do DAG a fls 10 e 16-17; resolve:

Conceder à servidora Mildred Verdegay Tavares os benefícios da Lei n.º 1.741, de 22 de novembro de 1952, a partir do dia imediato que completou os 10 anos ininterruptos no cargo de chefe da Seção de Engenharia da Divisão de Aplicação de Reservas da DE em São Paulo, símbolo FG-4, transformada em Seção de Conservação de Imóveis, símbolo 6.7 (Decreto 51.578-62).

Em consequência autoriza o DAG apostilar o título da servidora Mildred Verdegay Tavares, Escrivã, nível 10-B, Mat. 2.704, com os vencimentos correspondentes ao símbolo 3-F, na forma do que dispõe o § 2º do artigo 1º do Decreto 990, de 14 de maio de 1962, que deu nova regulamentação à Lei 1.741 de 1952.

A servidora agregada, enquanto não for aproveitada em cargo equivalente aos vencimentos percebidos, fica sujeita a expediente normal, com obrigatoriedade da assinatura do ponto de frequência, de acôrdo com as normas estatutárias, podendo ser designada para desempenhar atividades de assessoramento para participar de grupos de trabalho, para a realização de estudos ou programas, relacionados com problemas especificamente ligados ao cargo exercido, no qual a servidora obteve o amparo da Lei 1.741, de 1952.

Ao DAG para os devidos fins. Em, 20 de julho de 1966. — M. A. Godoy Bezerra — Presidente. — Arthur Santos — Relator.

HOSPITAL GENERAL MANOEL DO NASCIMENTO VARGAS

Retificação

No Portaria n.º 378-66, publicada no *Diário Oficial*, de 3-6-66:

Onde se lê:

... ascensorista...128 ...

Leia-se:

... Ascensorista — 12 ...

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Relação DCD n.º 54, de 1966

PORTARIAS DO PRESIDENTE

Nomeações:

Armando Dias de Paiva, 391, Agregado, para exercer o cargo de Chefe de Serviço, 7-C, com atribuições de Superintendente-Técnico na Assessoria de Mecanização; Emar Lima, 7.211, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, 12-C na Assessoria de Mecanização; Humberto Ledo Haidamus, 7.507, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, 12-C, na Assessoria de Mecanização, ficando, conseqüentemente, dispensado da função de Programador de Computador, 8-F Alfredo Pedro Figueiredo, 9.156, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, 12-C, na Assessoria de Mecanização, ficando conseqüentemente, dispensado da função de Programador de Computador, 7-F; Nícia Martin Carril, 2.539, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, 12-C, na Assessoria de Mecanização, ficando, conseqüentemente, dispensada da função de Chefe da Seção de Preparação de Fita de Papel, 9-F.

Determinações de Serviço

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

N.º 373, de 18 de agosto de 1966 — Designa: a) Orlando da Silva Pires, 1.352, para exercer a função de Assistente do Serviço Auxiliar de Mecanização, 5-F, na Assessoria de Mecanização — b) Maria de Lourdes Santos, 2.323, para exercer a função de Chefe da Seção de Preparação de Fita de Papel, 9-F, na Assessoria de Mecanização — c) Maria José da Cunha Carvalho, 2.537, para exercer a função de Chefe da Seção de Expediente, 12-F, na Assessoria de Mecanização — d) Ilza Therezinha de Jesus Menna Linhares, 6.621, para exercer a função de Encarregada da Turma de Perfuração, 12-F, na Assessoria de Mecanização — e) Agnaldo Augusto Nunes Pereira, 12.950, para exercer a função de Assessor de Superintendência-Técnico, 6-F, na Assessoria de Mecanização — f) Augusto Cândia Pereira Soares, 13.661 para exercer a função de Programador Assistente de Computador, 7-F, na Assessoria de Mecanização — g) Nelson Eduardo de Moraes, 14.893, para exercer a função de Programador de Computador, 8-F, na Assessoria de Mecanização — h) Manoel Luiz Nascimento, 15.061, para exercer a função de Programador de Computador, 8-F, na Assessoria de Mecanização.

Relação DCD n.º 55, de 1966

PORTARIAS DO PRESIDENTE

N.º 89.459, de 18 de agosto de 1966 — Torna sem efeito a DTS-15.0-9.374 de 17 de maio de 1966 que designou Frederico Nogueira Brandão, 43.706, para exercer a função de Assessor de Relações Públicas e dispensou Nivaldo Duarte Espinola, 43.664, da mesma função; 89.460, de 18 de agosto de 1966 — Torna sem efeito a DTS-15-0-9.375, de 18 de maio de 1966, que designou Ezequias Pessoa de Silveira, 12.456, para exercer a função

de Encarregado do Setor de Revisão de Comprovantes, no EPES, e dispensou Celso Peregrino Samico, número 4.536, da mesma função.

Determinações de Serviço

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Nº 11.636, de 17 de agosto de 1966 -- Designa Neusa Pires de Sá Moutinho, 42.077, para exercer função de Auxiliar de Gabinete, 12-F, na Divisão do Regime de Pessoal.

DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nº 2.074, de 18 de agosto de 1966 -- Designa Cyta Braga Menescal, 3.871, para exercer a função de Auxiliar-Técnica, 8-F, nos Serviços Auxiliares.

DEPARTAMENTO DE APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Nº 7.619, de 16 de agosto de 1966 -- Designa Maria Stella Vieira de Rezende, 1.753, para exercer a função de Chefe da Seção de Cadastro de Pessoal, 5-F, nos Serviços Auxiliares, ficando, em consequência, dispensada da função de Encarregada do Setor de Cadastro, 11-F; 7.623, de 19 de agosto de 1966 -- Designa Maria Honorina Ferreira de Mello Lima, 3.869, para exercer a função de Encarregada do Setor de Cadastro, 11-F, nos Serviços Auxiliares.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Nº 5.055, de 16 de agosto de 1966 -- Designa Maria Mercedes Gonçalves de Araújo, 6.603, para exercer a função de Auxiliar de Gabinete, 12-F, ficando, em consequência, dispensada da função de Secretária, 9-F.

INSPEÇÃO GERAL

Nº 530, de 19 de agosto de 1966 -- Designa Rachel Levy, 6.186, para exercer a função de Auxiliar de Gabinete, 12-F.

Relação DGD nº 56, de 1966

Determinações de Serviço

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Nº 11.649, de 23 de agosto de 1966 -- Designa Inocência Vasco Pereira, 13.144, para exercer a função de Encarregado de Turma Matutino, 10-F, na Seção de Boletins de Serviço, do Serviço de Publicações da DGD, ficando, consequentemente, dispensada da função de Auxiliar de Gabinete, 12-F, que exerce na referida Divisão; 11.650, de 23 de agosto de 1966 -- Designa Saturnino Caspary, 2.520, para exercer a função de Auxiliar de Gabinete, 12-F, na Divisão de Documentação e Publicações.

DEPARTAMENTO DE APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Nº 7.621, de 17 de agosto de 1966 -- Designa os funcionários a seguir discriminados, para exercer, na Divisão do Patrimônio Imobiliário, as funções que especifica: a) Rosalino Raad, 14.857, Chefe da Seção de Secretária, 6-F -- b) Luiz Roberto Charvaz Sertá, 42.992, Chefe da Seção de Avaliação, 5-F -- c) Geraldo Guimarães de Gomenoro, 9.022, Chefe da Seção de Apuração de Valores, 5-F -- d) Orlando dos Santos, 14.767, Encarregado do Setor de Cadastro Imobiliário, 11-F -- e) Gioconda Martins, 261, Chefe da Seção de Cadastro e Arquivo, 5-F, ficando, consequentemente, dispensada da função de Encarregado do Setor de Cadastro Imobiliário, 11-F -- f) Avelino da Silva Ribeiro, 20.967, Encarregado da Turma de Desenho, 10-F --

g) Djalma Serpa, 14.737, Encarregado da Turma de Cópia e Plantas, 10-F -- h) Antônio José da Costa Barros, 4.421, Chefe da Seção de Preservação do Patrimônio, 5-F.

DELEGACIA NA BAHIA

Nº 7.708, de 12 de agosto de 1966 -- Designa José Francisco Bonfim, 22.349, para exercer a função de Informante-Habilitador, 12-F, no OL 04-27.

DELEGACIA NA GUANABARA

Nº 11.006, de 12 de agosto de 1966 -- Designa: a) Romina Pereira Ferro, 1.950, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle de Internações, 5-F, no GESH, ficando, consequentemente, dispensada da função de Encarregada do Setor de Cadastro de Recursos Hospitalares, 9-F -- b) Elvira Ternis Corrêa, 2.300, para exercer a função de Encarregada do Setor de Cadastro de Recursos Hospitalares, 9-F, no GESH; 11.018, de 16 de agosto de 1966 -- Designa: a) Josemar José de Sant'Anna, 18.150 para exercer a função de Chefe da Seção de Programas e Aplicações de Normas e Padrões, 3-F, no EGEL -- b) Nazir Alexandria de Amorim Baradas, 9.766, para exercer a função de Chefe da Seção de Controle e Assistência Técnica, 3-F no EGEL.

DELEGACIA NO PARANÁ

Nº 5.824, de 12 de agosto de 1966 -- Designa Arlete Luza da Silva, 8.584, para exercer a função de Chefe da Seção de Infrações, 7-F, no Serviço de Arrecadação e Fiscalização, ficando, em consequência, dispensada da função de Encarregada da Turma de Expediente e Processamento, 11-F.

Republicação

(* Relação DGD nº 7, de 1966

Determinações de Serviço

DELEGACIA NA GUANABARA

Nº 10.819, de 30 de maio de 1966 -- Designa Elias Mancebo Reis, 9.571, para exercer a função de Encarregado de Turno, 9-F, no PA -- Central.

Obs.: Republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial -- (Seção I -- Parte II) número 118, de 23-6-66, pág. 1.761.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Relação nº 167, de 1966

DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA

RESOLUÇÃO Nº DP-74, DE 12 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Departamento de Previdência, tendo em vista as Instruções nº 289, de 17-11-61, resolve designar Helcio Silveira da Rosa, Auxiliar de Portaria, nível 8-A, matrícula nº 1.900.940, ponto nº 3.031, para substituir em caráter eventual, Paulo Simões Machado, Oficial de Administração, nível 12, matrícula número 1.391.228, na Chefia da Seção de Informações de Elementos Cadastrais (PCE), da Divisão de Pensões e Contribuições (DPC), enquanto durar o seu impedimento.

Revogar a Resolução DP-14, de 3 de maio de 1966. -- José Gattoli Psicólogo, Diretor.

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

RESOLUÇÃO Nº 90, DE 15 DE AGOSTO DE 1966

O Diretor do Hospital dos Servidores do Estado, usando da atribuição que lhe confere o inciso VIII, do art. 65 do Regimento do HSE, consideran-

do o contido no item 3 das Instruções nº 75, de 26 de maio de 1966, e tendo em vista o que consta do proc. HSE -- Nº 7.724-66, resolve designar Antônio Emygdio Ribeiro Filho, Escriturário, AF-202-10-B, ponto nº 2.163, matr. nº 1.391.259, para substituir, nos impedimentos eventuais, Alberto Cunha, ocupante da função gratificada "12-F", de Encarregado da Turma de Administração do Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Tratamento -- Laboratório de Análises Clínicas -- SMA-L, da Divisão Médica -- HSM, da Parte Permanente do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado. -- Elto Arduino, Diretor.

Apostila

O Chefe do Serviço de Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado, considerando a readaptação de Orminda Fernandes do Nascimento, ponto nº 5.806, matr. nº 1.993.887, para o cargo de Enfermeiro -- TC -- 1.201 -- 19-A, da Parte Permanente do Quadro do Hospital dos Servidores do Estado, conforme Decreto s/nº, de 9 de agosto de 1966, publicado no Diário Oficial, Seção I -- Parte I, de 10 de agosto de 1966, declara, que a servidora ocupava o cargo de Enfermeiro-Auxiliar -- P-1.706-8 e não como constou no referido decreto.

AGENCIA DE FERNAMBUCO

RESOLUÇÃO INTERNA Nº 27-66

O Delegado do IPASE em Pernambuco, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto nas Instruções nº 75-66, de 26-5-66, resolve:

I -- Designar o servidor Lincoln Peregrino Ferreira, Contador, nível 20-A, matr. nº 2.060.602, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Chefe da Seção de Arrecadação (PEQ), desta APE, Raulino de Freitas Lima, Oficial de Administração, nível 12-A.

II -- Cumpra-se, dando-se ciência ao interessado, remetendo-se original aos SG para homologação e posterior publicação.

AGENCIA NO RIO GRANDE DO SUL RESOLUÇÃO INTERNA Nº 119 3-9-1966, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1966

O Delegado do IPASE no Rio Grande do Sul, usando das atribuições que lhe conferem as Instruções em vigor e considerando a indicação do Chefe da RSV exarada no memo 119.11-32-1966, resolve designar o Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, José Francisco Estivaldo Cáceres, matrícula número 2.119.766, para substituir o Chefe da Seção de Empréstimo Simples (ATEV), Maria de Lourdes Cabral, matrícula nº 1.834.911, em seus impedimentos eventuais.

RESOLUÇÃO INTERNA ARS 119.3-39-66, DE 22 DE JUNHO DE 1966

O Delegado Substituto no Rio Grande do Sul em exercício, usando das atribuições que lhe confere o item 3, das Instruções nº 75, de 26-5-66, e considerando a indicação do Senhor Chefe da Seção de Seguros Privados no memo 119.10-185-66, resolve designar o Escriturário, nível 8, Jesus Machado da Silva, matr. nº 2.021.563 para substituir o Encarregado da Turma de Cobrança e Pagamento da Seção de Seguros Privados, Otília Viagas Alves, matr. nº 1.040.166, em seus impedimentos.

RESOLUÇÃO INTERNA ARS 119.3-44-66

O Delegado Substituto do IPASE, no Rio Grande do Sul, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o item 3 das Instruções nº 75, de 26-5-66 e considerando a indicação do Chefe da Seção de Seguros Sociais, resolve designar o Escriturário, nível "8-A", Maria Luiza Falcão, matrícula nº 2.021.560, para substituir a Encarregada da Turma de Processamento

da Seção de Seguros Sociais, Maria Martins Bello da Silva, matr. número 1.050.363, em seus impedimentos.

RESOLUÇÃO INTERNA 119.3-45-66

O Delegado Substituto do IPASE, no Rio Grande do Sul, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o item 3, das Instruções nº 75, de 26-5-66 e considerando a indicação do Chefe da Seção de Seguros Sociais resolve designar o Escriturário, nível "8-A", Adail Avila Soares, matrícula nº 1.528.970, para substituir o Encarregado da Turma de Pagamento de Benefícios da Seção de Seguros Sociais (RSL), Heloisa Maria Maria Vialle, matr. nº 1.528.919 em seus impedimentos.

Relação nº 170, de 1966

DEPARTAMENTO DE APLICAÇÃO DE CAPITAL

O Diretor do Departamento de Aplicação de Capital, usando das atribuições que lhe conferem o art. 82, do Decreto-lei nº 2.863, de 12-12-40, tendo em vista o que consta do processo nº 31.173-66, e o estabelecido nas Instruções nº 75-66, resolve:

Nº 35 -- Designar Estela Pivato Dória, Oficial de Administração, nível 16-C, matr. nº 1.900.153, ponto número 142, para substituir Gisella Mantovani Baptista de Leão, Oficial de Administração, nível 14-B, matrícula nº 1.900.623, ponto nº 1.571, na função gratificada, 17-F, de Encarregada da Turma de Concorrência de Habitações (CLH), da Divisão de Administração de Bens (DCA), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 36 -- Designar Elvira Carneiro de Araújo, Escriturária, nível 8, matrícula nº 1.792.002, ponto nº 16.671, para substituir Magali da Graça Pedicini, Escrevente-Dactilógrafo, nível 7, matr. nº 1.036.137, ponto número 9.957, na função gratificada, 17-F, de Encarregada do Empréstimo (CEX), da Divisão de Empréstimos (DCE), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 37 -- Designar Francisca Carneiro Dias, Escriturária, nível 10-B, matr. nº 1.910.563, ponto nº 3.308, para substituir Maria de Lourdes Borema, Oficial de Administração, nível 12, matr. nº 1.900.635, ponto número 1.595, na função gratificada 17-F, de Encarregada da Turma de Cadastro-Geral (CEG), da Divisão de Empréstimos (DCE), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 38 -- Designar Gisella Mantovani Baptista de Leão, Oficial de Administração, nível 14-B, matr. número 1.900.153, ponto nº 142, na função gratificada 17-F, de Encarregada da Turma de Locação (CLL), da Divisão de Administração de Bens (DCA), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 39 -- Designar Elza Moura da Costa, Oficial de Administração, nível 12-A, matr. nº 1.900.731, ponto número 1.707, para substituir Waldete de Sá Ferreira, Oficial de Administração, nível 14, matr. nº 1.900.609, ponto nº 1.525, na função gratificada, 17-F, de Encarregada da Turma de Revisão (CEY), da Divisão de Empréstimos (DCE), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 40 -- Designar Mario Pentado da Costa Carvalho, Engenheiro, nível 22-B, matr. nº 1.910.883, para substituir Helio Nathanson Ferreira da Silva, na função gratificada, nível 3-F, de Chefe da Seção Técnica de Obras (CTO), da Divisão Técnica de

Engenharia (DCT), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais.

Nº 43 — Designar Edir Marques Soares, Escriturário, nível 8-A, matrícula nº 1.056.307, ponto nº 2.646, para substituir Henrique Oswaldo Dróthe da Costa, Escriturário, nível 8-A,

matr. nº 1.382.287, ponto nº 5.322, na função gratificada, 17-F, de Encarregado da Turma de Contas dos Planos "A" e "B" (CIB), da CIR — Local da Divisão Imobiliária (DCI), do Departamento de Aplicação de Capital (DC), nos seus impedimentos eventuais. — Flavio Muniz.

Relação nº 173/66

PORTARIA DE 3 DE AGOSTO DE 1966

Nº 1.093-66 — Homologa a Resolução Interna ABA-11-66, que dispensou Clarilda Freitas Teixeira, Escriturário, nível 10-B matrícula número 1.930.357, da função gratificada, símbolo 17-F, de Encarregado da Turma de Processamento, da Seção de Seguro Social da ABA, do Qua-

dro da AC e OLS tendo em vista o constante no Processo nº 8.700-66.

PORTARIA DE 12 DE AGOSTO DE 1966

Nº 1.156-66 — Exonera, a pedido, Erasmo Martins Pedro Procurador de Primeira Categoria, matrícula número 1.910.695, do cargo, em comissão símbolo 2-C, de Procurador Geral do IPASE. Os efeitos da presente Portaria vigoram a partir desta data.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO BRASILEIRO DO SAL

PORTARIA DE 16 DE AGOSTO DE 1966

O Presidente do Instituto Brasileiro do Sal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e atendendo ao que consta do processo capeado pela informação SAP-65-45, de 6-10-65 e nos termos do art. 34, § 5º, da Lei número 3.780-60 e do Decreto nº 54.482,

de 15-10-64 (Regulamento de Acesso dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo), resolve:

Nº 235 — Nomear, por acesso, Neusa Bezerra Gomes de Castro, Escriturário, código AF-202.10-B, do Quadro de Pessoal — Parte Permanente, desta autarquia, para exercer o cargo de Oficial de Administração, código AF-201.12-A, do mesmo Quadro, com efeito a partir de 1º de abril do ano em curso, em vaga decorrente da aposentadoria de Flaviana Brenha Kubrusly, verificada em 20-8-65.

EDITAIS E AVISOS

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

CONSELHO RODOVIÁRIO NACIONAL

EDITAL Nº 43-66

Faço público que o Conselho Rodoviário Nacional, no exercício dos po-

dêres que, na forma do § 1º, do artigo 16, da Lei nº 302, de 13 de julho de 1948, lhe foram delegados pela Portaria nº 915, de 23 de outubro de 1948, do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas, apreciando o processo ref. DNER-31.663-66 aprovou em sua reu-

nião de 18 de agosto de 1966 o projeto da Rodovia Federal BR-116 trecho Formosa-São Francisco, subtrecho Variante do Ibo compreendido entre as estacas 4.460 e 5.280 na extensão total de 18 km. no Estado da Bahia conforme consta dos desenhos de números PEET-485-66 a PEET-498-66 que, autenticados pela assinatura do Presidente do mesmo Conselho, ficam depositados no Arquivo Técnico da Divisão de Estudos e Projetos do DNER; e em consequência, nos termos do art. 24 da citada Lei nº 302, fica declarada a utilidade pública, para efeito de desapropriação, da respectiva faixa de domínio estabelecida de conformidade com as Normas para o Projeto das Estradas de Rodagem em vigor, bem como a das benfeitorias nela contidas, que sejam necessárias à execução do projeto aprovado e, outrossim, a das jazidas de areia e cascalho, pedreiras e aguadas embora fora da faixa de domínio, que possam ser utilizadas na realização da mencionada obra.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1966. — José Pedro de Escobar, Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Filosofia

De ordem do Sr. Diretor, faço público, para conhecimento dos candidatos inscritos no concurso para provimento do cargo de professor Catedrático da Cadeira de História da América, desta Faculdade, que a composição definitiva da Comissão Examinadora é a seguinte:

Professora Catedrática — Maria Yedda Leite Linhares.

Professor Catedrático — Antonio Garcia de Miranda Netto.

Professor Catedrático — Jorge Calmon.

Professora Catedrática — Cecília Maria Westphalen.

Professor Catedrático — Eduardo de Oliveira França.

Suplentes:

Professor — Antonio Camillo de Faria Alvim Filho.

Professor — João Camillo de Oliveira Torres.

A Comissão Examinadora será instalada, para início dos trabalhos do concurso 30 (trinta) dias após a publicação deste, nos termos do § 3º do art. 1º da Lei nº 444, de 4 de junho de 1957.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1966. — José Faria Góes Sobrinho, Diretor.

Dias 26, 30 e 31-8-66.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

AVISO

O Instituto Brasileiro do Café, avisa aos interessados de vendas relativas às declarações de vendas realizadas na Autarquia, com indicação de embarques no corrente mês de agosto deverão ser exportados no prazo convencionado.

As vendas nas condições acima referidas, que não se cumprirem no prazo estabelecido, somente poderão ter a exportação autorizada se os embarques forem processados até 10 de setembro de 1966, contra emissão de guias que condicionem os embarques dos cafés, não depois de 15 de setembro de 1966, improrrogavelmente.

As operações que não atenderem os requisitos acima indicados serão aplicados os dispositivos regulamentares previstos para os casos da espécie.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1966. — Luiz Gonzaga Murai, Presidente em exercício.

ARQUIVOS DO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Repositório de doutrina, decisões administrativas, pareceres, acórdãos dos tribunais judiciais, elaboração legislativa, legislação, acompanhado de índices analítico e alfabético. Publicação trimestral,

N.º 95 — SETEMBRO — 1965

PREÇO: CR\$ 300

Números atrasados: O Departamento de Imprensa Nacional tem à venda a coleção de ARQUIVOS desde 1943, exceto os números 1 e 16, já esgotados

A VENDA:

Na Guanabara

Seção de Vendas Avenida Rodrigues Alves n.º 1

Agência I: Ministério da Fazenda

Atende-se a pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal

Em Brasília

Na Sede do D. I. N.

PREÇO DESTA NÚMERO Cr\$ 50